



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça
Secretaria dos Órgãos Colegiados

Missão : Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

RESOLUÇÃO nº07/1999 – C P J **Revista e atualizada até**
09/06/16

Numero anterior – Resolução nº 002/1999-CPJ - RENUMERADA conforme o Ato Administrativo nº 405/2009, que estabelece a numeração sequencial para atos oficiais do Ministério Público do Estado de Mato Grosso e determina a renumeração da legislação interna consolidada, editada a partir de 1994.

Dispõe sobre diárias dos Membros do
Ministério Público, e dá outras
providências.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das
suas atribuições legais e, atendendo ao disposto no artigo 82, inciso IV e
parágrafo 4º da Lei Complementar nº 27/93 (Lei Orgânica do Ministério Público),

RESOLVE,

Artigo 1º - O membro do Ministério Público que se deslocar temporariamente de sua sede de trabalho, em objetivo de serviço, por determinação superior, fará jus à percepção de diárias para indenização das despesas de alimentação e pousada.

Parágrafo único. Aos Membros do Ministério Público que, justificadamente e cumprindo determinação superior, se deslocarem temporariamente de sua sede de trabalho, em razão de serviço fora do território nacional, serão concedidas diárias, por Ato do Procurador Geral, “*ad referendum*” do Colégio de Procuradores, em montante diferenciado, a título de indenização das despesas de alimentação, hospedagem e locomoção. **(Acréscitado pela Resolução 98/2014-CPJ).**

Artigo 2º - As diárias serão concedidas pelo Procurador Geral de Justiça, por dia de afastamento, através, de ordem de Serviço em que se especificará o motivo do deslocamento e seu respectivo período.

Artigo 3º - Nos casos de designação de membros do Ministério Público para responder pelos serviços de outra Comarca, sem prejuízo de suas funções, este deverá remeter expediente à autoridade designante com cronograma especificando os dias de afastamento da sede, para efeito de expedição da Ordem de Serviço.

Artigo 4º - As diárias devem ser pagas antecipadamente, via ordem bancária, e excepcionalmente, “*a posteriori*”, como ressarcimento de despesas.



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça
Secretaria dos Órgãos Colegiados

Missão : Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

~~Artigo 5º – No retorno à sede, o membro do Ministério Público deverá remeter ao Procurador Geral de Justiça, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, Relatório de viagem, em modelo próprio. **(NR conforme Resolução nº 053/2010-CPJ)**~~

Art. 5º – No retorno à sede, o membro do Ministério Público deverá remeter ao Procurador-Geral de Justiça, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, Relatório de viagem, em modelo próprio, acompanhado, quando for o caso, do respectivo comprovante (bilhete ou passagem).

~~Parágrafo Único – Ficam isentos da exigência do "caput" deste artigo o Procurador Geral de Justiça, o Corregedor Geral do Ministério Público e o Corregedor Geral Adjunto. **(Suprimido pela Resolução nº 053/2010-CPJ)**~~

§ 1º Os membros e servidores do Ministério Público que exerçam suas funções nas comarcas do interior do estado poderão enviar relatório de viagem a que se refere o "caput" deste artigo por meio eletrônico, em modelo próprio a ser disponibilizado pelo Departamento Financeiro, em conjunto com o Departamento de Tecnologia de Informação. **(Incluído pela Resolução nº 053/2010-CPJ)**

§ 2º A opção a que se refere o parágrafo anterior somente será disponibilizada para viagens em veículo próprio ou oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. **(Incluído pela Resolução nº 053/2010-CPJ)**

§ 3º A não apresentação do relatório de viagem implicará a devolução dos valores recebidos, podendo a administração determinar de ofício o desconto em folha de pagamento do servidor ou membro." **(Incluído pela Resolução nº 053/2010-CPJ)**

Artigo 6º - Salvo casos de extrema necessidade do serviço e "ad referendum" do Colégio de Procuradores, fica estabelecido o número máximo de 08 (oito) diárias em cada mês, para qualquer caso.

Artigo 7º- As diárias dos membros do Ministério Público nos deslocamentos temporários para substituição entre Promotorias, terão seus valores pagos de acordo com o percentual consoante ao Anexo I desta Resolução. **(NR conforme Resolução nº 04/2007-CPJ)**

Artigo 8º - Não farão jus a diárias, as substituições ocorridas entre as Comarcas de Cuiabá e Várzea Grande e, Nortelândia e Arenápolis.



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça
Secretaria dos Órgãos Colegiados

Missão : Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

Artigo 9º - O membro do Ministério Público que, após receber as diárias, não empreender, por qualquer motivo, o deslocamento, ficará obrigado a devolvê-las, integralmente, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da desistência, sendo vedado qualquer tipo de compensação, parcelamento ou desconto em folha.

§ 1º - Não se aplica o disposto no " *caput* " deste artigo, quando o deslocamento for adiado por até 10 dias.

§ 2º - Serão, também, restituídas no prazo estipulado no " *caput* " deste artigo, contados do retorno do membro do Ministério Público, as diárias percebidas em excesso.

Artigo 10 - A concessão de diárias, em desacordo com as normas desta Resolução, implicará na responsabilidade solidária dos servidores envolvidos.

Artigo 11 - O valor das diárias será fixado pelo Procurador Geral de Justiça, " *ad referendum* " do Colégio de Procuradores.

Artigo 12 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador Geral de Justiça, " *ad referendum* " do Colégio de Procuradores.

Artigo 13 - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições da Resolução nº 03/95-CPJ.

Publicada. Cumpra-se.

Cuiabá, 07 de maio de 1999.

GUIOMAR TEODORO BORGES

Procurador Geral de Justiça e
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça